



*cutting through complexity™*

# Município de Vila de Rei

## Revisão da metodologia de recuperação do IVA incorrido

6 de Maio 2016  
SAN: 9910230330



# Índice



Introdução	2
Metodologia	3
Prazo de execução	4
Equipa de trabalho	5
Honorários e facturação	7
Considerações finais	8

A presente proposta é estritamente confidencial. A proposta é entregue exclusivamente para uso interno do Município de Vila de Rei de forma a fornecer a informação suficiente para tomar a decisão de contratar ou não os serviços da KPMG. Este documento não poderá ser divulgado, comentado ou copiado, no todo ou em parte, sem o nosso prévio consentimento por escrito. Qualquer divulgação para além da permitida poderá prejudicar os interesses comerciais da KPMG. A KPMG detém a propriedade deste documento, incluindo a propriedade do *copyright* e todos os outros direitos de propriedade intelectual.

© 2016 KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso em Portugal. O nome KPMG, o logótipo e "cutting through complexity" são marcas registadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International").





# Introdução

No desenvolvimento das suas atribuições, o Município de Vila de Rei encontra-se submetido a um regime de não tributação em Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") relativamente a uma parte substancial das operações que realiza, defrontando-se, por conseguinte, com restrições à capacidade de recuperação do imposto incorrido nos recursos adquiridos.

Neste âmbito, o Município de Vila de Rei realiza operações que conferem o direito à dedução do IVA incorrido, bem como operações que não conferem este mesmo direito, existindo recursos que são afectos, simultaneamente, a ambas as tipologias de operações.

A recuperação do IVA incorrido nos recursos de afectação mista depende da adopção dos métodos de apuramento definidos no Código do IVA, em transposição das directrizes comunitárias vigentes. Referimo-nos à afectação real e ao *pro rata*.

Sempre que possível, o IVA dedutível deve ser apurado com base em critérios objectivos que permitam determinar o respectivo grau de utilização. Não obstante, a aplicação concomitante de ambas as metodologias de dedução do IVA – afectação real e *pro rata* – previstas na legislação portuguesa conduz a uma mais eficiente recuperação do imposto incorrido.

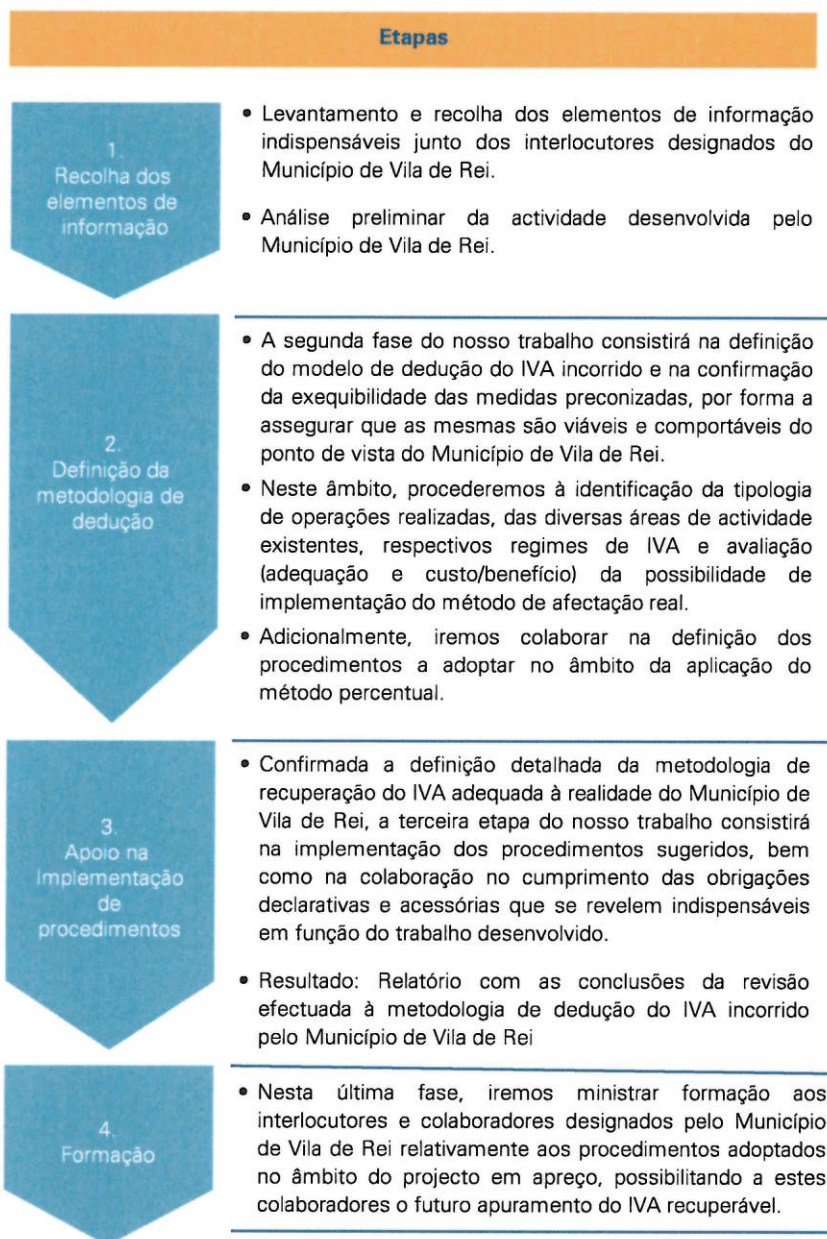
Neste contexto, temos vindo a constatar que, fruto da evolução registada ao nível de legislação nacional e jurisprudência comunitária, existem áreas de oportunidade que se podem traduzir no incremento de recuperação do IVA incorrido.

Em face do exposto, a KPMG propõe-se colaborar com o Município de Vila de Rei no sentido de identificar a metodologia adequada de recuperação do IVA incorrido, através da conjugação dos métodos de afectação real e do *pro rata*, visando, sempre que possível e viável, incrementar a expressão material do IVA efectivamente recuperado, com referência aos anos 2014 a 2016.

# Metodologia



Entendemos que o trabalho por nós proposto deve ser realizado em quatro etapas distintas, conforme esquema *infra*.



No decurso das diversas etapas serão agendadas reuniões com os interlocutores e com os responsáveis do projecto designados pelo Município de Vila de Rei, para que sejam realizados pontos de situação relativos à progressão do trabalho. Sempre que se justifique ou seja solicitado, a KPMG organizará reuniões adicionais de monitorização.



## Prazo de execução



Manifestamos, desde já, a nossa inteira disponibilidade para iniciar este trabalho, após a aceitação da presente proposta.

Face às etapas que definimos no âmbito da Metodologia, e tendo por referência as tarefas que estas compreendem, apresentamos no cronograma *infra* a calendarização estimada para a realização do projecto:

Etapas do projecto	Calendarização				
	1 sem	2 - 3 sem	4 sem	5 sem	6 sem
Recolha dos elementos de informação					
Definição da metodologia de dedução					
Apoio na implementação de procedimentos					
Formação					

## Equipa de trabalho



Cientes de que, num trabalho desta natureza, se revela fundamental envolver profissionais com um aprofundado nível de conhecimentos e de experiência no sector da tributação indirecta, caso o Município de Vila de Rei pondere a aceitação da presente proposta, o trabalho em apreço será da responsabilidade da seguinte equipa técnica:



**Alexandra Martins**

***Partner***

E-mail: alexandramartins@kpmg.com

Tel.: +351 210 110 962

Fax: +351 210 110 121

Alexandra Martins é *Partner* da área de *Indirect Tax*.

A sua formação inclui a licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa e o mestrado em Direito Fiscal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



**Ricardo Henriques**

***Director***

E-mail: rhenriques@kpmg.com

Tel.: +351 210 110 921

Fax: +351 210 110 121

Ricardo Henriques é *Director* da área de *Indirect Tax*.

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Católica. A sua formação inclui ainda um Mestrado Executivo em Contabilidade Avançada e Fiscalidade, uma pós-graduação em Finanças e Controlo Empresarial e uma especialização em Fiscalidade, todos ministrados pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

## Equipa de trabalho (cont.)



**Teresa Marques**  
**Senior Manager**

E-mail: tmarques@kpmg.com  
Tel.: +351 210 110 922  
Fax: +351 210 110 121

Teresa Marques é *Senior Manager* da área de *Indirect Tax*.

A sua formação inclui a licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Autónoma de Lisboa.



## Honorários e facturação

Os nossos honorários são determinados tendo em consideração o número de horas incorridas na realização do trabalho e o nível de experiência dos profissionais envolvidos na sua execução.

No entanto, atenta a natureza do projecto em causa, propomos associar os nossos honorários ao sucesso do mesmo, por forma a que apenas no caso de existirem benefícios para o Município de Vila de Rei ser devida a cobrança dos mesmos.

Para este efeito, propomos que os nossos honorários correspondam a uma percentagem de 20% do valor do IVA recuperável, em resultado do nosso trabalho, com referência aos anos 2014 a 2016.

Adicionalmente, estamos disponíveis para limitar os nossos honorários ao montante máximo de € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros), a facturar nos seguintes termos:

- a) € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) com a conclusão da fase de recolha dos elementos de informação (montante que seria restituído, na totalidade ou parcialmente, ao Município de Vila de Rei, caso os nossos honorários sejam inferiores ao valor em referência);
- b) O valor remanescente com a inclusão do montante de IVA a recuperar, em resultado do nosso trabalho, na declaração periódica ou quando se verifique a restituição do imposto pela Autoridade Tributária e Aduaneira, caso se opte por solicitar o reembolso.

Ao valor acima referido acresce IVA à taxa legal em vigor.

As nossas facturas têm vencimento a 30 dias.



## Considerações finais

Esperando que o conteúdo da presente proposta se revele adequado à satisfação das necessidades de V. Exas., encontramos-nos à inteira disposição do Município de Vila de Rei para discutir, clarificar ou aprofundar o respectivo conteúdo, agradecendo, desde já, a oportunidade que nos foi concedida para oferecer os nossos serviços profissionais, cuja prestação será, como sempre, objecto da nossa melhor atenção.

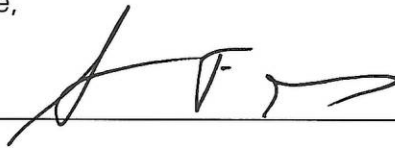
Caso se confirme a aceitação da nossa proposta, agradecemos que nos seja remetida, devidamente assinada.

Colocamo-nos ao dispor de V. Exas. para prestar quaisquer esclarecimentos que porventura sejam necessários e, entretanto, subscrevemo-nos com elevada consideração.

De V. Exas.

Atentamente,

Assinatura: \_\_\_\_\_



Pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Aceitamos os termos e as condições desta proposta

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

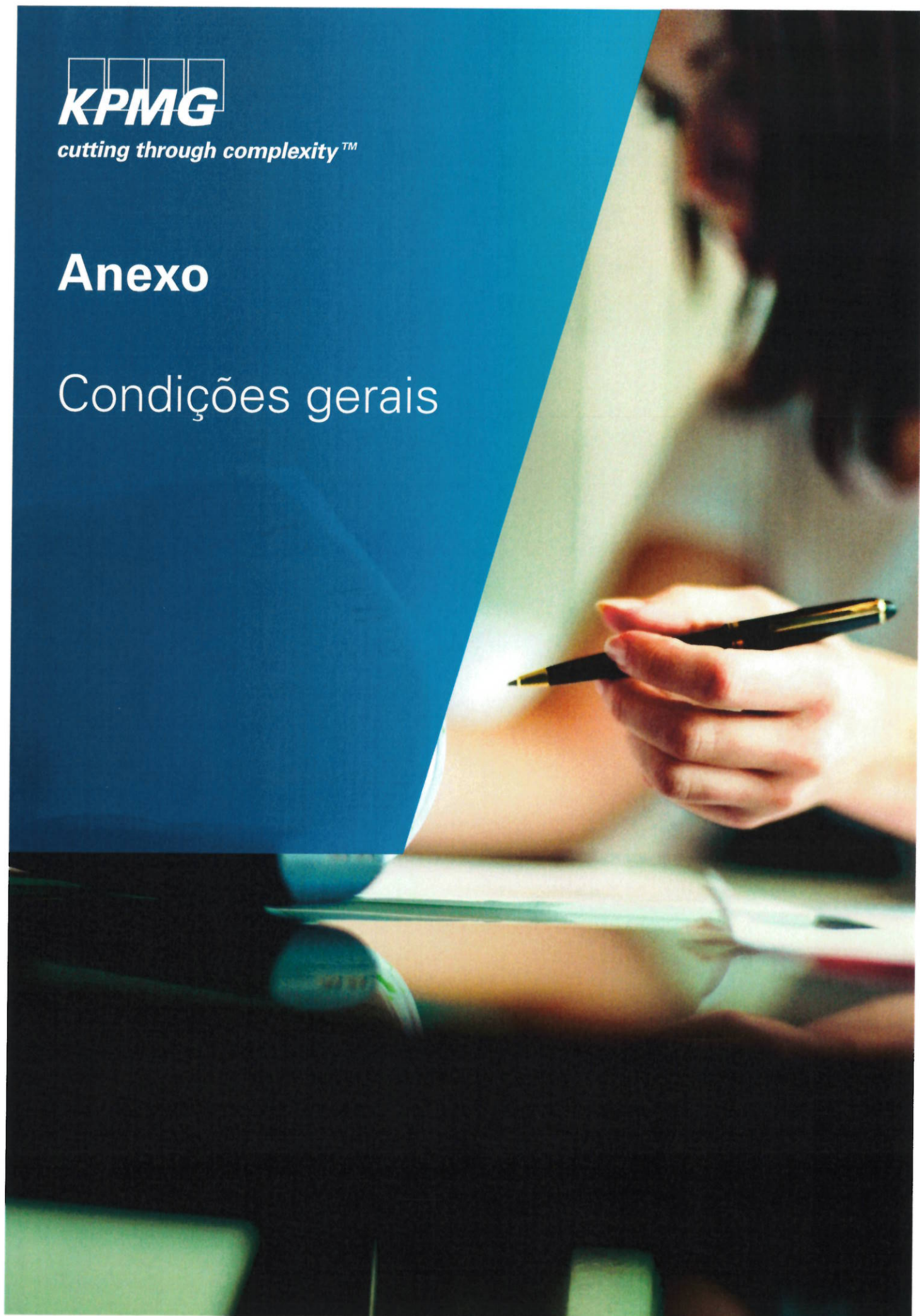
Pelo Município de Vila de Rei



*cutting through complexity™*

# Anexo

## Condições gerais







A prestação de serviços pela KPMG será regulada por estas Condições Gerais por força de carta contrato específica (“Engagement Letter”), que para elas remeta.

### Definições

O significado das expressões usadas nestas Condições Gerais são os seguintes:

**Serviços** – os serviços a serem prestados por nós de acordo com a “Engagement Letter”.

**KPMG ou nós** (ou derivados) – a entidade contratada identificada como KPMG na “Engagement Letter”.

**Vós** (ou derivados de Vós) – o destinatário (ou destinatários) da “Engagement Letter”.

**Contrato de Prestação de Serviços** — estas Condições Gerais e a “Engagement Letter” em conjunto com quaisquer documentos ou outras condições aplicáveis aos Serviços (“**Condições Adicionais**”), aos quais seja feita referência específica na “Engagement Letter”.

**Entidades da KPMG** — a entidade contratada identificada como KPMG, todos os seus partners, membros, administradores, empregados e agentes bem como qualquer outra sociedade controlada ou detida por nós, ou associada e todos os seus partners, membros, directores, empregados e agentes, e “**profissionais da KPMG**” designará qualquer um deles.

**Partners** – qualquer Profissional da KPMG que tenha o título de “partner” ou nosso sócio ou accionista.

**Outros Beneficiários** — quaisquer pessoas ou organizações identificadas na “Engagement Letter” (que não Vós) como beneficiário dos Serviços.

Estas definições serão aplicáveis sempre que estas expressões sejam usadas no Contrato de Prestação de Serviços.

### Os nossos serviços e responsabilidades

1. A “Engagement Letter” estabelece os Serviços a serem prestados por nós e questões conexas. Estas Condições Gerais serão sujeitas a alterações, se for o caso, na “Engagement Letter”.
2. Os Serviços serão prestados com a diligência devida.
3. Quando na “Engagement Letter” se identificarem determinados profissionais envolvidos na prestação de Serviços, enviaresmos esforços para que assim seja. Poderemos proceder à substituição dos profissionais nomeados por outros de nível e capacidade igual ou equivalente, consultando-vos previamente.
4. No decurso da prestação dos Serviços poderemos ter acesso a informações sobre vós ou os vossos negócios (“**Informação Confidencial**”). Relativamente à Informação Confidencial cumpriremos as normas relativas à confidencialidade estabelecidas pelos organismos que regulam a nossa actividade profissional ou por qualquer outra autoridade em Portugal a que devamos obediência, bem como quaisquer obrigações

impostas pela Lei Portuguesa. Teremos a faculdade de revelar qualquer Informação Confidencial, nos termos de qualquer imposição legal, dos organismos que regulam a nossa actividade profissional ou de qualquer outra entidade a quem devamos obediência. Esta cláusula não se aplica quando a Informação Confidencial tiver licitamente passado a ser do domínio público. Esta cláusula não nos impede de divulgar Informação Confidencial quando assim o entendermos aos nossos seguradores de responsabilidade civil profissional ou a consultores, a título confidencial.

Para efeitos de marketing e publicidade dos nossos serviços poderemos divulgar que vos prestamos serviços, caso em que poderemos indicar-vos pelo nome e indicar apenas a natureza geral ou tipo desses serviços, bem como quaisquer detalhes que tenham licitamente passado a ser do domínio público.

5. Antes de completarmos a prestação dos nossos serviços, poderemos prestar conselhos, relatórios ou apresentações orais, em minuta (*draft*) ou não definitivos, mas em tais circunstâncias os nossos conselhos ou relatórios finais, por escrito, prevalecerão. Não deverão basear-se em quaisquer *conselhos, relatórios ou apresentações*, em minuta ou não definitivos. Se pretenderem basear-se em conselhos ou apresentações orais finais, deverão informar-nos para que possamos fornecer confirmação dos mesmos por escrito.
6. Não estamos obrigados, em quaisquer circunstâncias, a actualizar quaisquer conselhos, relatórios ou produto dos Serviços, oralmente ou por escrito, em virtude de vicissitudes ocorridas após os conselhos, relatórios ou produto dos Serviços terem sido emitidos na sua forma final.
7. Qualquer produto dos Serviços que vos seja fornecido sob qualquer forma ou meio sê-lo-á na condição de ser utilizado para vossa informação e proveito exclusivo e de que, excepto se tal for imposto por Lei ou por entidade reguladora competente (caso em que deveremos ser informados previamente), não deverá ser reproduzido, referido ou divulgado, no seu todo (excepto para vosso uso interno) ou em parte, sem o nosso prévio consentimento por escrito. Os Serviços serão prestados na condição de que o nosso nome não seja mencionado, nem o nosso logótipo reproduzido, por qualquer forma ou meio, sem o nosso prévio consentimento por escrito. Os Serviços ou qualquer produto destes resultante poderão ser divulgados no seu todo aos vossos consultores jurídicos ou outros consultores com o objectivo de obterem aconselhamento relativamente aos Serviços desde que ao fazê-lo os informem do seguinte:
  - a sua divulgação por eles (excepto para efeitos internos dos próprios) não é permitida sem o nosso prévio consentimento por escrito, e
  - não aceitamos qualquer responsabilidade para com eles relacionada com os Serviços.
8. Nenhum conselho, opinião, declaração de expectativas, previsão, projecção ou recomendação prestados por nós, como



parte dos Serviços, poderá ser interpretado como garantia de que determinámos ou previmos acontecimentos ou circunstâncias futuros.

### **Propriedade Intelectual**

9. A KPMG manterá a titularidade dos direitos de autor e quaisquer outros direitos de propriedade intelectual relativos aos Serviços, quer verbais quer tangíveis, bem como a titularidade dos documentos de trabalho. A titularidade do produto dos Serviços na sua forma tangível será adquirida por vós após o pagamento dos nossos Honorários. Com o objectivo de prestar Serviços a vós ou a outros clientes, nós e outras Entidades da KPMG poderemos usar, desenvolver ou partilhar os conhecimentos, a experiência e as competências/capacidades de aplicação genérica obtidas durante a prestação dos Serviços.

### **Os nossos honorários**

10. Emitiremos facturas relativamente aos Serviços que incluirão honorários, despesas e IVA à taxa em vigor (quando aplicável), bem como quaisquer outros impostos, que possam ser devidos (“os nossos Honorários”). Detalhes sobre os nossos Honorários e quaisquer condições de pagamento serão incluídos na nossa “Engagement Letter”. Os nossos honorários são baseados no nível de responsabilidade das Entidades da KPMG, conforme o caso, envolvidas na prestação dos Serviços, na sua experiência profissional e no tempo despendido na prestação dos Serviços, bem como na respectiva natureza e complexidade. Os nossos Honorários poderão ser diferentes de estimativas ou orçamentos que tenham sido fornecidos, os quais terão apenas carácter provisório.

11. Como contrapartida da prestação dos Serviços, deverão ser pagos os nossos Honorários (sem qualquer tipo de desconto ou encontro de contas), aquando da apresentação da nossa factura ou em momento especificado na “Engagement Letter”.

11.1 Poderemos debitar juros relativamente aos saldos em mora à taxa legal aplicável nessa data (esta taxa será aplicável após e antes de qualquer decisão judicial em nosso favor relativamente a saldos em mora).

11.2 Se o Contrato de Prestação de Serviços caducar ou for suspenso, teremos direito a ser reembolsados das despesas incorridas até essa altura e ao pagamento de honorários relativamente ao trabalho efectuado, incluindo IVA se aplicável. Os nossos honorários relativamente ao trabalho efectuado serão calculados com base nas nossas taxas horárias de acordo com a cláusula 10 supra, excepto nas situações especificamente previstas na “Engagement Letter”.

11.3 No caso de a “Engagement Letter” ser dirigida a mais do que um destinatário, todos eles serão, individualmente, responsáveis pelo pagamento da totalidade dos nossos Honorários, pelo que poderemos reclamar os nossos Honorários a todos e qualquer um deles.

### **As Vossas responsabilidades**

12. Apesar dos nossos deveres e responsabilidades em relação aos Serviços, é vossa obrigação e responsabilidade:

12.1 a gestão, condução e operação da vossa actividade;

12.2 a decisão sobre o uso a fazer, e sobre até que ponto se basear ou pôr em prática as recomendações ou outro produto dos Serviços por nós prestados;

12.3 tomar alguma decisão que afecte os Serviços, qualquer produto dos Serviços, os vossos interesses ou a vossa actividade;

12.4 a efectivação, obtenção ou realização de quaisquer benefícios directa ou indirectamente relacionados com os Serviços que careçam da vossa implementação.

13. Quando nos for solicitado ou quando a natureza dos Serviços tornar mais eficiente a realização dos mesmos nas vossas instalações ou utilizar os vossos sistemas informáticos ou o vosso sistema de comunicações, deverão assegurar que tomam todas as providências relativamente a acessos, procedimentos de segurança, verificações de vírus, instalações, autorizações ou consentimentos que sejam necessários (sem custos para nós).

14. Não devem, directa ou indirectamente, efectuar ofertas de emprego a qualquer dos nossos partners, directores, managers ou empregados, envolvidos na prestação dos Serviços enquanto os Serviços estiverem a ser prestados ou por um período de 6 meses após a sua finalização ou após a finalização do contrato de Serviços, sem o nosso prévio consentimento por escrito.

### **Informação**

15. Para que possamos prestar os Serviços, deverão facultar-nos prontamente toda a informação e assistência e o total acesso a documentação na vossa posse, custódia ou sob o vosso controlo bem como aos funcionários sob o vosso controlo, conforme por nós solicitados. Da vossa parte deverão ser efectuados os melhores esforços para satisfazer as nossas solicitações quando o respectivo conteúdo não esteja sob a vossa posse ou custódia ou controlo. Qualquer informação ou desenvolvimento que chegue ao vosso conhecimento e que tenha impacto nos Serviços deverá ser-nos comunicada. Caso o solicitemos, deverá ser-nos fornecida informação que nos permita cumprir com as nossas obrigações legais de divulgação às autoridades competentes de situações de branqueamento de capitais ou outras que envolvam responsabilidade contra-ordenacional ou criminal que venham ao nosso conhecimento durante a prestação dos Serviços mesmo que essas divulgações incluam Informação Confidencial.

16. Assumiremos como fidedignas quaisquer instruções recebidas ou pedidos efectuados ou notificações/comunicações recebidas ou informação fornecida, quer oralmente quer por escrito, por qualquer pessoa que saibamos ou tenhamos razões para crer que está autorizada por vós a comunicar connosco para esses





efeitos. As nossas comunicações convosco poderão ser efectuadas por correio electrónico se assim o entenderem, no pressuposto de que ao consentirem neste meio de comunicação aceitam os riscos a ele inerentes (incluindo os riscos de interceptação ou de acesso não autorizado a tais comunicações, o risco de corrupção dessas comunicações e o risco de vírus ou outros dispositivos prejudiciais) sendo da vossa responsabilidade as revisões periódicas a sistemas antivírus.

17. No decurso da prestação dos nossos Serviços poderemos receber informações de Vós ou de outras fontes.

Dentro dos limites previstos na Lei, não seremos responsáveis por quaisquer perdas ou danos sofridos por Vós resultantes de dolo, informações erróneas, retenção de informação relevante para os Serviços ou outra falha relativa a informação relevante, quer da Vossa parte quer de outras fontes de informação, excepto se o dolo, as informações erróneas, retenção de informação ou outra falha relativa a essa informação relevante forem evidentes para nós sem a necessidade de investigação adicional.

#### Conflitos de Interesses

18. Nesta cláusula e nas cláusulas 20 e 21 as seguintes definições são aplicáveis:

- “a **Equipa do Trabalho**” significa, colectiva ou individualmente, Entidades da KPMG envolvidas na prestação dos Serviços,
- “**Colegas**” ou “**Colega**” significa Entidades da KPMG que não são membros da Equipa do Trabalho.

18.1 À Equipa do Trabalho não é exigível, nem dela é expectável, que possua conhecimento de qualquer informação conhecida de Colegas nem a obtenção de tal informação.

18.2 À Equipa do Trabalho não poderá ser exigido que faça uso ou que vos divulgue qualquer informação, seja esta do seu conhecimento pessoal ou do conhecimento de Colegas, que seja confidencial para outro cliente.

19. Dispomos dos recursos necessários e suficientes por forma a permitir a salvaguarda dos interesses dos nossos clientes, os quais incluem, por exemplo, a utilização de equipas distintas, separadas geográfica e operacionalmente, bem como controlos de acesso a servidores informáticos e a sistemas de correio electrónico (“**Barreiras**”).
20. Nós ou outros Profissionais da KPMG poderemos vir a ser abordados no sentido de fornecer aconselhamento a terceiros que se encontrem em situações de litígio convosco, ou de aconselhar ou representar os interesses de terceiros que sejam opostos aos vossos, relativamente a em matérias com as quais os Serviços se encontrem específica e directamente relacionados (“**Conflitos de Interesses**”). É nossa preocupação identificar Conflitos de Interesses. É vossa obrigação informar-nos imediatamente, caso identifiquem qualquer conflito desta índole.

Não aceitaremos qualquer trabalho que no nosso entender possa originar um Conflito de Interesses no que se refere à Equipa do Trabalho. No entanto, manteremos a possibilidade de o fazer, no caso de o mesmo ser realizado por Colegas, desde que as adequadas Barreiras sejam colocadas em acção e assim permaneçam, por forma a impedir o fluxo de Informação Confidencial entre a Equipa de Trabalho e os Colegas.

O estabelecimento e manutenção de tais Barreiras representam total cumprimento do nosso dever de confidencialidade no que se refere a Conflitos de Interesses.

21. Não existirá qualquer Conflito de Interesses quando estejam activadas as Barreiras apropriadas, bem como sempre que:

- em qualquer momento no decurso da realização dos Serviços, o destinatário ou qualquer dos destinatários seja um funcionário ou colaborador (incluindo um administrador) e uma Entidade da KPMG se encontre a prestar Serviços à respectiva entidade empregadora, caso em que os Colegas poderão actuar em benefício do respectivo empregador, em qualquer altura e em qualquer qualidade; ou,
- um Colega seja designado como liquidatário, administrador da insolvência ou equivalente nos termos da legislação aplicável a essas funções, relativamente a uma pessoa ou entidade que se encontre ou venha a encontrar em Conflito de Interesses convosco, caso em que aquele Colega poderá actuar em qualquer altura nessa qualidade.

22. Nós ou outras Entidades da KPMG poderemos vir a ser eventualmente abordados no sentido de prestar aconselhamento a terceiros que, não se encontrando em situações de Conflito Adversarial convosco, poderão manter interesses concorrenciais com os vossos e directamente relacionados com o âmbito dos Serviços (“**Concorrente**”). É nossa preocupação identificar Concorrentes. É vossa obrigação informar-nos imediatamente, caso identifiquem que qualquer Entidade da KPMG se encontra a aconselhar, ou a isso se propõe, um Concorrente vosso.

23. Assim que um terceiro, que se encontre a ser aconselhado por nós, seja identificado como um Concorrente, imediatamente activaremos as Barreiras apropriadas e, tão logo as mesmas se encontrem activas, os nossos Colegas poderão aconselhar o Concorrente em causa, a qualquer momento, em qualquer âmbito (excepto no que se refere a um qualquer Conflito de Interesses). Caso surja um Conflito de Interesses para com um anterior Concorrente, o terceiro em causa cessará de ser abordado como um Concorrente, passando a aplicar-se o disposto nas cláusulas 20 e 21.

24. Caso um terceiro nos tenha contratado para o aconselhar, previamente a vós, e se alterem as circunstâncias, poderemos considerar que, ainda que com as Barreiras activadas, os vossos interesses poderão vir a ser prejudicados e não estarmos seguros de que a situação possa ser adequadamente gerida. Nesse caso, poderemos ter que pôr termo ao presente contrato e teremos direito a fazê-lo por meio de notificação com efeitos



imediatos. No entanto, não tomaremos tal iniciativa sem vos consultar antecipadamente.

#### **Contrato de Prestação de Serviços**

25. O Contrato de Prestação de Serviços contém o acordo completo entre nós em relação aos Serviços e substitui quaisquer acordos anteriores, entendimentos, práticas ou declarações (excepto se fraudulentos) relativamente aos Serviços. Quaisquer alterações a este Contrato de Prestação de Serviços deverão ser feitas por escrito e assinadas por representantes com poderes para o acto, de cada uma das partes. Em caso de conflito entre a “Engagement Letter” e outros elementos do Contrato de Prestação de Serviços, a “Engagement Letter” prevalecerá.

#### **Direitos de terceiros**

26. O Contrato de Prestação de Serviços não originará nem poderá ser entendido como susceptível de criar quaisquer direitos de terceiros. Nenhum terceiro terá quaisquer direitos a exigir ou beneficiar de qualquer cláusula do Contrato de Prestação de Serviços, ainda que este confira um benefício a um terceiro, directa ou indirectamente, expressa ou implicitamente. A aplicabilidade de qualquer legislação que possa garantir ou conferir a terceiros direitos contratuais ou outros, relativos a objecto do Contrato de Prestação de Serviços, será automaticamente excluída. Nenhuma Entidade da KPMG poderá ser considerado terceiro, para os efeitos da presente cláusula.

#### **Circunstâncias fora do controlo das partes**

27. Nenhuma das partes será responsável pelo não cumprimento das suas obrigações contratuais, nem incorrerá em responsabilidade para com a outra, caso não seja possível cumprir o Contrato de Prestação de Serviços em resultado de causas razoavelmente fora do nosso ou vosso controlo. No caso de ocorrer uma situação deste tipo que afecte uma das partes, essa parte deverá informar a outra assim que lhe for razoavelmente possível tendo a outra parte a opção de suspender ou pôr termo ao Contrato de Prestação de Serviços aquando da informação.

#### **Renúncia, cessão e subcontratação**

28. O não exercício pelas partes dos seus direitos, não poderá ser entendido como renúncia aos mesmos.
29. Nenhuma das partes terá o direito de ceder quaisquer direitos (ou transmitir obrigações) decorrentes do Contrato de Prestação de Serviços sem o consentimento escrito da outra parte.
30. Sem prejuízo da aplicabilidade do disposto na cláusula 39, teremos o direito de subcontratar terceiros para nos assistirem na prestação dos Serviços, embora no caso de esses terceiros não serem Entidades da KPMG, Vos devamos consultar previamente. No caso de subcontratação, ao abrigo desta cláusula, poderemos partilhar Informação Confidencial com eles e para todos os efeitos decorrentes do Contrato de

Prestação de Serviços assumiremos a responsabilidade pelo seu trabalho que será considerado como parte dos Serviços.

#### **Limitação da responsabilidade da KPMG**

31. A nossa responsabilidade, relativamente aos Serviços, fica limitada nos termos do disposto na presente cláusula.

Nas específicas circunstâncias dos Serviços previstas na “Engagement Letter” e sujeito ao disposto nas cláusulas 33 e 34 infra,

- a responsabilidade total, de todos e cada um dos Profissionais da KPMG, perante Vós e perante Outros Beneficiários,
- por via de responsabilidade civil, contratual ou extracontratual, ou outra
- por quaisquer perdas ou danos sofridos por Vós (ou por qualquer outra parte) em consequência ou em conexão com os Serviços,
- independentemente da causa das perdas ou danos, incluindo a nossa culpa leve, mas excluindo culpa grave ou dolo,

fica limitada ao montante especificado na “Engagement Letter” ou se esta não especificar qualquer montante, ao valor dos honorários cobrados pelos serviços.

32. Nas situações em que haja mais do que um beneficiário dos Serviços (“Beneficiário”) e nos termos do disposto na presente cláusula, o limite da nossa responsabilidade referido na cláusula anterior será repartido entre os Beneficiários, por acordo entre estes. Nenhum Beneficiário poderá impugnar a validade, legitimidade ou funcionamento desta cláusula com fundamento em que nenhum critério de repartição foi acordado ou com fundamento em que a repartição dos montantes até ao limite da nossa responsabilidade, por cada Beneficiário, é desrazoavelmente baixo. Nesta cláusula, “Beneficiário” incluir-vos-á bem como Outros Beneficiários.

33. Sem prejuízo do limite total da nossa responsabilidade previsto na cláusula 31 supra, as disposições seguintes regularão o âmbito da nossa responsabilidade perante Vós e quaisquer Outros Beneficiários por quaisquer perdas ou danos sofridos por vós (ou por qualquer outra parte) em consequência ou em conexão com os Serviços:

- 33.1 A responsabilidade das Entidades da KPMG será limitada à proporção do contributo para as perdas e danos totais, após considerada a vossa negligência ou dolo (se houver) ou a negligência ou dolo (se houver) de quaisquer Outros Beneficiários, de modo justo e equitativo, tendo em consideração o âmbito da responsabilidade dos Profissionais da KPMG relativamente às perdas e danos em causa (“a Proporção da KPMG”) e o âmbito da responsabilidade de qualquer outra parte igualmente



responsável ou potencialmente responsável (“**Outra Parte Responsável**”).

33.2 Para efeitos da determinação da Proporção da KPMG,

- Não será considerada Outra Parte Responsável que tenha deixado de existir, que tenha deixado de ser responsável, que tenha acordado um limite à sua responsabilidade ou seja insolvente ou por outros motivos impossibilitada de pagar.
- Em quaisquer acções judiciais intentadas por Vós ou por Outros Beneficiários (“o Demandante”) e a nosso pedido, o Demandante fará intervir Outra Parte Responsável relativamente a essas acções intentadas contra nós, excepto se tal for proibido por lei.

34. Aceitamos os benefícios das limitações decorrentes das cláusulas 31, 32 e 33 supra em nome próprio e no interesse e benefício de quaisquer Entidades da KPMG que estiveram ou possam ter estado envolvidos na prestação dos Serviços.

Quaisquer cláusulas previstas nestas Condições Gerais limitativas ou de exclusão ou que possam limitar ou excluir a nossa responsabilidade relativamente a quaisquer questões não serão aplicáveis quando, legalmente, a responsabilidade não possa ser excluída.

35. Por outro lado, a nossa responsabilidade fica ainda limitada nos seguintes termos:

35.1 Vós e Outros Beneficiários não intentarão quaisquer acções contra nenhum Profissional da KPMG, que não a entidade contratante identificada como KPMG, relativamente às perdas e danos sofridos por vós ou por Outros Beneficiários, em consequência ou relacionado com os Serviços. Esta restrição não limita nem exclui a responsabilidade da entidade contratante identificada como KPMG enquanto empresa ou sociedade pelos actos ou omissões de outra entidade da KPMG.

35.2 Qualquer acção intentada por Vós ou por Outros Beneficiários relativa a perdas ou danos sofridos resultantes de, ou em consequência ou em conexão com o Contrato de Prestação de Serviços, por via de responsabilidade civil, contratual, extracontratual, ou outra, deverá ser instaurada:

- no local da prestação dos Serviços, no prazo de quatro anos, a contar da data em que o serviço que deu origem à acção foi prestado;
- se o Contrato de Prestação de Serviços tiver cessado, no prazo de quatro anos a contar da data da respectiva cessação (sem prejuízo do limite previsto no ponto supra);
- se as perdas ou danos foram sofridas como resultado, em consequência ou em relação com divulgação não autorizada da

Informação Confidencial, no prazo de quatro anos a contar da data em que a divulgação não autorizada ocorreu;

E, em qualquer destas situações, será relevante a data em que tiver ocorrido o primeiro dos factos que dêem causa à acção, entendendo-se por acção a demanda em tribunal ou o início de outro processo de resolução de litígios.

### Terceiros

36. Em caso de incumprimento de qualquer das vossas obrigações, se um terceiro deduzir ou ameaçar deduzir contra nós qualquer pretensão, deverão compensar-nos por, reembolsar-nos de e defender-nos contra qualquer perda, dano, despesa ou responsabilidade, que resulte de ou esteja em conexão com esse incumprimento ou com essa pretensão. Caso tenha lugar qualquer pagamento da vossa parte no âmbito da presente cláusula, não vos assistirá o direito de ressarcimento contra nós, dos montantes em causa. No âmbito da presente cláusula incluem-se do nosso lado quaisquer Entidades da KPMG e do vosso também Outros Beneficiários.

### Cessação do Contrato de Prestação de Serviços

37. Qualquer das partes pode pôr termo ao Contrato de Prestação de Serviços ou suspendê-lo, a qualquer momento, mediante notificação por escrito à contraparte com uma antecedência mínima de 30 dias. O termo ou suspensão do Contrato de Prestação de Serviços ao abrigo da presente cláusula não prejudicará quaisquer direitos vencidos antes do termo ou suspensão e quaisquer quantias que nos sejam devidas deverão ser pagas logo que o termo ou suspensão produzam efeitos.

38. As cláusulas 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 destas Condições Gerais não expiram com o termo ou caducidade do Contrato de Prestação de Serviços.

### Protecção de informação

39. As regras constantes da Lei 67/98 de 26 de Outubro (a “Lei de Protecção de Dados Pessoais”) são aplicáveis à presente cláusula. Quando seja necessário, de forma a prestarmos os Serviços, teremos a vossa autorização para o tratamento de dados pessoais, nos termos do disposto nesta cláusula. Quando o fizermos, tomaremos as medidas técnicas e organizacionais apropriadas, destinadas a proteger contra o processamento não autorizado ou ilegal de dados pessoais e contra a perda accidental ou destruição ou contra a produção de danos nos dados pessoais. Em particular, actuaremos sempre de acordo com as vossas instruções, respeitando integralmente o disposto no número 1, do artigo 14.º da Lei de Protecção de Dados Pessoais, como se esta disposição nos fosse directamente aplicável. Responderemos às vossas questões, desde que razoáveis, necessárias para o controlo do cumprimento, pela KPMG, da presente cláusula e não subcontrataremos terceiros para o tratamento de dados pessoais, salvo Entidades da KPMG, sem o vosso prévio consentimento.



### **Comunicações**

40. Qualquer comunicação entre nós e vós, relativa ao presente Contrato de Prestação de Serviços será efectuada por escrito e por meio de carta registada com aviso de recepção (ou outro meio equivalente, nacional ou internacional), entregue pessoalmente ou enviada para os respectivos endereços postais, constantes da “Engagement Letter” (ou qualquer outro comunicado por escrito). As comunicações assim enviadas consideram-se recebidas

- no terceiro dia útil, caso expedidas de e para endereços nacionais
- no décimo dia útil, caso expedidas de ou para endereços internacionais

após a data de expedição.

### **Redução**

41. Se alguma cláusula do Contrato de Prestação de Serviços for, no todo ou em parte, inválida ou se alguma lacuna nele se verificar, tal não afectará a validade das restantes cláusulas.

### **Poderes**

42. As disposições do Contrato de Prestação de Serviços são por vós acordadas e aceites, em vosso nome e como agentes de Outros Beneficiários. Nestas circunstâncias deverão fazer com que os Outros Beneficiários ajam como se fossem parte do Contrato de Prestação de Serviços, como se tivessem assinado cópia da “Engagement Letter” e acordado em vincular-se à mesma. Contudo, os responsáveis pelo pagamento dos nossos honorários serão V. Exas.
43. Nós aceitamos a vossa concordância e aceitação dos termos do Contrato de Prestação de Serviços (excepto em relação à

cláusulas 31, 32 e 33 supra) em nosso nome próprio e no interesse de qualquer outra Entidade da KPMG.

### **Actividades Reguladas**

44. No caso de os Serviços (ou parte dos Serviços) se aplicarem a “actividades reguladas”, informar-vos-emos a as implicações daí resultantes serão estabelecidas na “Engagement Letter”, incluindo disposições específicas que se apliquem às actividades reguladas.

### **Lei aplicável**

45. O Contrato de Prestação de Serviços será regulado pela Lei Portuguesa e para a resolução de quaisquer litígios dele decorrentes serão exclusivamente competentes os Tribunais Portugueses.

46. Se em qualquer momento pretenderem discutir connosco a forma como os Serviços podem ser melhorados ou se tiverem uma qualquer reclamação sobre os Serviços, pedimos que telefonem para o partner identificado na “Engagement Letter”. Se o vosso problema não for resolvido pedimos que contactem Luís Magalhães, na Avenida Praia da Vitória, 71-A – 11º andar, em Lisboa. Investigaremos o vosso problema rapidamente e faremos o possível para o resolver.





*cutting through complexity™*

## **Contactos**

**Ricardo Henriques**

***Tax Director***

T +351 210 110 921

E [rhenriques@kpmg.com](mailto:rhenriques@kpmg.com)

**Teresa Marques**

***Tax Senior Manager***

T +351 210 110 922

E [tmarques@kpmg.com](mailto:tmarques@kpmg.com)

**[www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)**

© 2016 KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso em Portugal. O nome KPMG, o logótipo e "cutting through complexity" são marcas registadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International").